



MINISTÉRIO DO TURISMO

NOTA
TÉCNICA Nº: 3/2020/CPLP/CGLC/SPOA/SE

PROCESSO Nº: 72031.014161/2018-61

INTERESSADO: Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação, Á Coordenadora Geral de Recursos Logísticos (CGRL)

ASSUNTO: **Análise de documentação. Pregão Eletrônico nº 09/2020.**

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se da consolidação da análise de proposta e da documentação de habilitação encaminhada pela empresa CONTROLTEC COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI, primeira colocada no Pregão Eletrônico nº 09/2020, para os ITENS 3 e 4, com a finalidade de verificar a aceitação de sua proposta, bem como sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme as condições estabelecidas no item 9 do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2020.

2. DA PROPOSTA

2.1. Da análise da proposta cabe tecer algumas considerações.

2.2. Após negociação com a licitante, a empresa anexou propostas adequadas ao último lance ofertado para os itens 3 e 4 (SEI nº 0536827 e 0536834).

2.3. Quanto às informações, verifica-se que a empresa apresentou os elementos mínimos solicitados no modelo de proposta constante do Edital, conforme manifestação da área técnica por meio da Nota Técnica 2/2020/CGINF/STII/SE (SEI nº 0543762).

2.4. No que concerne aos valores contidos na proposta apresentada, verifica-se que atendem aos valores estimados estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

3. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

3.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, verificou-se o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros constantes do item 9.1 do Edital, cujo análise segue apresentada a seguir:

ITEM 9.1	DESCRIÇÃO	ATENDE			Observação
		SIM	NÃO	NA	

a)	SICAF	X			
b)	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)	X			
c)	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)	X			
d)	Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU	X			O Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos (Cadicon) foi descontinuado.
9.1.1	Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/).	X			
9.1.2	A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.	X			
9.1.2.1	Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.			X	
Resultado da Análise:					Sem pendências

4. Ato contínuo, passou-se à análise da documentação para fins de atendimento aos requisitos de habilitação, conforme itens 9.8, 9.9, 9.10 e 9.11 do Edital, conforme segue:

Item 9.8. Habilitação Jurídica					
Item	Descrição	Atende			Observação
		Sim	Não	NA	
9.8.1	Empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;			X	
9.8.2	Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ;			X	
9.8.3	Sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;	X			
9.8.4	Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem			X	

	sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;				
9.8.5	Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;			X	
9.8.6	Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;			X	
9.8.7	Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;			X	
9.8.8	Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.				
Resultado da análise:					Sem pendências.

Item 9.9: Regularidade fiscal e trabalhista					
Item	Descrição	Atende			Observação
		Sin	Não	NA	
9.9.1	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas	X			
9.9.2	Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.	X			
9.9.3	Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);	X			
9.9.4	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943	X			
9.9.5	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual	X			
9.9.6	Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;	X			
9.9.7	Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu			X	

	domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;				
9.9.8	Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.			X	Licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, porém documentação sem restrição.
Resultado da Análise:					Sem pendências.

Item 9.10: Qualificação Econômico-Financeira					
Item	Descrição	Atende			Observação
		Sim	Não	NA	
9.10.1	Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;	X			
9.10.2	Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta	X			
9.10.2.1	no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade			X	
9.10.2.2	é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social			X	
9.10.3	Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das fórmulas (...)	X			
9.10.4	As empresas, cadastradas ou não no SICAF no nível de qualificação econômico-financeira, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.			X	
Resultado da Análise:					Sem pendências.

Item 9.11: Qualificação Técnica					
Item	Descrição	Atende			Descrição
		Sim	Não	NA	
9.11.1	Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta	X			Considerando as razões e considerações apresentadas pela área técnica demandante constantes da Nota

licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) ter a licitante fornecido equipamentos de mesma natureza do objeto, conforme item 11.4 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.				Técnica nº 2/2020/CGINF/STII/SE (0543762).
Resultado da Análise:				Sem pendências

NA: não se aplica

5. Outros itens:

Item 9.11: Qualificação Técnica					
Item	Descrição	Atende			Descrição
		Sim	Não	NA	
9.12	O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.	X			A licitante apresentou toda a documentação.
9.13	A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.			X	Licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, porém documentação sem restrição.
9.14	Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.			X	Licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, porém documentação sem restrição.
9.19	O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.	X			
Resultado da Análise:					Sem pendências

6. CONCLUSÃO

6.1. Da análise empreendida, esta Pregoeira manifesta-se pela aceitação da proposta e pela habilitação da empresa CONTROLTEC COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI, para os itens 3 e

Marina Bittencourt de Oliveira Angarten

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Marina Bittencourt de Oliveira Angarten, Pregoeiro(a)**, em 22/06/2020, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **0545784** e o código CRC **19CBB1B4**.